

INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO EAD PARA AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA: uma abordagem sobre o curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social – UFF/CEDERJ¹

Thayná M. C. de Carvalho Grandin

Mestranda no Programa de Pós Graduação em Justiça e Segurança – UFF

Resumo: O trabalho tem por objetivo discutir como a Educação a Distância possibilitou a inserção daqueles que, em razão de alta demanda de trabalho e regimes de escala, possuem dificuldade de frequentar um curso de nível superior no modelo de ensino presencial. Nesse sentido será destacada a relação civil-militar no âmbito universitário, e mais especificamente, será demonstrado o processo acadêmico de socialização dos agentes de Segurança Pública como alunos da Universidade, a partir da observação do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, ofertado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em parceria com o consórcio de instituições públicas de ensino superior Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ/CECIERJ), que proporciona ensino público de qualidade para profissionais da área de segurança pública, promovendo a inclusão social desses profissionais no ambiente acadêmico e contribuindo para a democratização do ensino em nosso país. Atuando como tutora presencial e tutora-coordenadora no Polo Regional de São Gonçalo, município da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvi o estudo com base nas entrevistas e observações etnográficas realizadas a partir do lugar que ocupo neste ambiente de aprendizagem.

Palavras-chave: Inclusão Social; Segurança Pública; EAD.

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

1. INTRODUÇÃO

Desde os anos 90 nota-se o crescente interesse na área das Ciências Sociais sobre o tema “Segurança e Criminalidade”, tendo se institucionalizado como campo de pesquisa nos anos 2000 (KANT DE LIMA, MISSE, MIRANDA, 2000). Desde então, temas relacionados a crimes, violência, polícia e justiça criminal são destaques nas pesquisas sobre segurança pública e vêm sendo abordados pelos olhares empíricos da antropologia e sociologia na construção de novos saberes.

Durante esse período, o avanço das tecnologias possibilitou o surgimento de diferentes formas de interação entre os indivíduos. E as práticas de ensino também passaram por mudanças na medida em que foram inseridas novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ambiente educacional.

Como exemplo disso, podemos citar a internet, que há 20 anos era no modo "discado" e de uso limitado aos computadores, hoje com a banda larga e avanço dos aparelhos tecnológicos possibilita o acesso na "palma da mão" com um simples *smartphone*. Assim, adultos e crianças passaram a ter acesso a diversas informações de forma imediata, sem precisar visitar uma biblioteca ou adquirir enciclopédias haja vista que, atualmente, basta um toque para o conhecimento se exibir nas telas *online*.

Dessa forma, é crescente a procura por cursos à distância principalmente para aquelas pessoas que já estão inseridas no mercado de trabalho, e que possuem dificuldade de tempo e locomoção diária até um centro de ensino, tendo que buscar uma faculdade com modelo de ensino a distância para cursarem o nível superior.

Tal modalidade tem se apresentado como uma alternativa para os profissionais de Segurança Pública que, na maioria das vezes, trabalham em regime de escala e não conseguem estabelecer horários e dias fixos para comparecerem as aulas presenciais do modelo tradicional de ensino. Logo, optam pelo ensino a distância como forma de alcançar um diploma de nível superior.

Nesse sentido, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF), é ofertado no estado do Rio de Janeiro através do consórcio CEDERJ/CECERJ de instituições públicas de ensino superior, com regime semipresencial, utilizando como os polos universitários as escolas públicas municipais para as tutoriais presenciais, avaliações periódicas e eventos acadêmicos.

Nesse trabalho, busco apresentar o desenvolvimento da pesquisa com base nas entrevistas e observações etnográficas realizadas no Polo Regional de São Gonçalo, região metropolitana do Estado de Rio de Janeiro, local onde atuo desde 2014 como tutora presencial e tutora coordenadora².

Será destacada a relação civil-militar no âmbito universitário, e mais especificamente, será demonstrado como ocorre o processo acadêmico de socialização dos agentes de Segurança Pública como alunos da Universidade Pública, na modalidade semipresencial de ensino.

2. O ENSINO A DISTÂNCIA NO ENSINO PÚBLICO UNIVERSITÁRIO

Antes de adentrar especificamente no tema da pesquisa, considero importante tecer alguns comentários sobre o Ensino a Distância (EAD) e sua importância como fator de inclusão social.

No âmbito do sistema público de ensino, mais do que uma modalidade educacional, o EAD pode ser tida como meio de execução de políticas públicas, na medida em que proporciona a inclusão de jovens e adultos no ambiente acadêmico público e de qualidade, além de capacitá-los para o mercado de trabalho.

Ao trazer a educação superior brasileira como lugar de análise, faz-se necessário deixar explicitada a importância do papel estratégico que o ensino superior desempenha na construção de um projeto de desenvolvimento, que seja capaz de vir a articular crescimento sustentável com justiça social. Este reconhecimento, por parte da sociedade e por parte do governo, gerou, por um lado, uma forte demanda quantitativa pela expansão do acesso ao ensino superior. Por outro, pressionou o governo a buscar estratégias de ação com o objetivo de expandir e de interiorizar este nível de ensino, especialmente, o de caráter público. (Brito, 2014)

Nota-se que o atendimento às populações mais distantes dos centros urbanos, foi possibilitado pelo avanço das tecnologias, principalmente com a popularização da internet. Há 20 anos atrás, com o uso da internet discada não seria imaginável o fluxo de informações que hoje é possibilitado com a internet por rede, fibra, wi-fi, dados de

² Essas funções serão detalhadas adiante em tópico específico.

telefonia móvel, dentre as várias inovações tecnológicas que acompanharam a educação nos últimos anos.

Desse modo virtual, a ampliação do alcance territorial e a flexibilidade de horários possibilitam o atendimento as demandas sociais e formam cada vez mais alunos. Ou seja, o curso a distância tem maior capacidade de formar em quantidade mais alunos do que um curso presencial, visto que não existe problema com alocação de pessoas em salas físicas, assim podendo alcançar mais alunos; e isso não afeta a qualidade do ensino na medida em que a instituição assume o compromisso de manter atualizado o conteúdo da sala de aula virtual, e meios para auxiliar o aluno na compreensão do material (NEVES, 2016).

Para propiciar ensino de qualidade, a Universidade Aberta do Brasil (UAB/MEC), por meio da educação a distância, busca também ampliar e interiorizar a oferta de cursos na educação superior. Assim, objetiva reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância.

A UAB estimula a instituição de polos de apoio regionais para o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, a fim de possibilitar o encontro entre os estudantes e tutores, acesso destes à biblioteca, laboratórios de informática, física, química, salas para a realização de provas e apresentação de atividades. Bem como promove a capacitação do corpo docente, tutores e equipe técnica a fim de promover a interação dialógica educacional necessária no processo de ensino e aprendizagem a distância.

Por parte do estudante deve haver muita organização e disciplina para manter a regularidade nos acessos aos materiais didáticos, leituras e participações nos fóruns de discussões e atividades propostas no ambiente virtual de aprendizagem. No EAD o aluno é o responsável pelo seu processo de aprendizagem, deste modo é necessário que ele desenvolva hábitos de estudos com mais autonomia do que é requerido no modelo presencial de ensino. (NEVES,2016)

Dessa forma, ao optar por um curso a distância o aluno deve estar ciente das competências que deverá desenvolver para alcançar o conhecimento. E do mesmo modo o mercado de trabalho também deve reconhecer que o profissional formado por um curso a distância já tem inserido nas suas características a organização, autonomia,

capacidade de concentração e facilidade na utilização da tecnologia de ambientes virtuais.

Logo, o EAD nos cursos de ensino superior promove a formação não apenas de simples profissionais, mas de profissionais capacitados em ambiente tecnológico, dotados de autonomia, dinamicidade, hábitos de leitura e organização para trabalhar nas áreas designadas.

Recentemente, a Pandemia provocada pelo Corona Vírus (COVID-19), em março de 2020, dificultou o convívio social em nosso país, com isso as escolas e faculdades foram fechadas, as aulas ficaram suspensas e compromissos presenciais tiveram que ser adiados. A partir daí as Instituições de Ensino, em todos os níveis escolares, públicas ou privadas, precisaram adaptar o modelo tradicional de ensino, e até mesmo os que não o conheciam ou não eram adeptos, tiveram que levar a troca de conhecimentos para o campo virtual nessas instituições.

Nesse período, conforme publicado no site da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED)³, em pesquisa realizada no Google Trends⁴, foi possível observar um crescimento de 400% de buscas realizadas a partir do termo “educação a distância”, considerando o período da pandemia. Ainda observando o mesmo crescimento do número de notícias midiáticas associando as ações emergenciais da pandemia à EAD.

Nos últimos dois anos, enquanto o ensino tradicional presencial precisou correr atrás para virtualizar o processo de aprendizagem, o Ensino a Distância demonstrou sua rápida capacidade de adaptação e flexibilização para, dispondo das ferramentas já operacionalizadas, conseguir atender seus alunos e promover a ampliação de oferta de cursos.

Nesse contexto, a utilização de alguns recursos já utilizados no EAD foi a solução encontrada, pelos educadores, para não deixar que a paralisação do ano letivo se perpetuasse para aqueles que até então só tinham contato com o modelo presencial de ensino.

³ <http://abed.org.br/blog/efeitos-do-coronavirus-a-conta-pode-sobrar-para-a-ead>, acesso em 13/07/21

⁴ Trata-se de uma ferramenta disponibilizada pelo site de pesquisa Google para apresentar os termos pesquisados com mais frequência em um passado recente, podendo fornecer gráficos e dados sobre a frequência pela busca de determinado assunto em várias regiões do mundo.

Logicamente que não se transforma o ensino presencial para a modalidade a distância do dia para a noite, pois os profissionais da educação precisam de capacitação, materiais de ensino precisam de ajustes, as tecnologias interativas precisam ser criadas no ambiente acadêmico. Ou seja, o modelo EAD não foi implantado mas serviu de inspiração para a continuidade da comunicação entre professor e aluno nos tempos de pandemia, o que vem sendo chamado de ensino remoto.

2.1 – O Ensino a Distância como alternativa para Inclusão Social

Utiliza-se o termo “inclusão social” para demonstrar a inserção de indivíduos ou de certos grupos, até então, excluídos da sociedade; ou seja, ao utilizarmos o termo “inclusão”, estamos remetendo ao seu inverso: a “exclusão”. Atualmente, é difícil identificar grupos que estejam totalmente excluídos de toda a sociedade, geralmente, isso ocorre sobre parte da sociedade, por diversos fatores impeditivos que limitam o acesso a direitos básicos como educação, lazer, saúde.

No âmbito educacional, o EAD proporciona maior alcance do conhecimento aos indivíduos, isso porque rompe barreiras econômicas, temporais e físicas. As pessoas necessitam ter acesso apenas às mídias digitais para ter o acesso ao ensino, não precisam ter custo de transporte, nem gastam tempo com o deslocamento, pois não precisam estar fisicamente presentes diante do professor para que ocorra o processo de aprendizagem.

Além da utilização das tecnologias tradicionais, há que se ressaltar também o uso das tecnologias assistivas para promover a inclusão social de estudantes portadores de necessidades especiais e permitir que estes estudem, em seu ritmo de aprendizado com mais conforto, e obtenham a mesma qualidade de ensino auferida nos cursos presenciais.

Assim, de diversas formas, o EAD abre as portas do conhecimento para pessoas antes impossibilitadas de frequentar presencialmente cursos e faculdades. Podemos citar, como exemplo, pessoas com dificuldade de locomoção, pessoas que moram distantes dos centros urbanos; ou até mesmo, pessoas que residam nos centros urbanos mas cuja a escala de trabalho não permite a presença física em instituições de ensino.

O estudo publicado em 2018 pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior demonstra que a maioria dos estudantes que optam por esta modalidade

trabalham e possuem mais de 30 anos⁵. Isso reflete a realidade de muitos cidadãos brasileiros, que terminam o ensino médio e necessitam se inserir no mercado de trabalho para subsidiar o lar, antes mesmo de ter condições de cursar uma faculdade. E posteriormente, um pouco mais estabilizados, conseguem se organizar para conciliar os estudos com o ritmo de trabalho.

A inserção dessas pessoas no ambiente acadêmico, promove não apenas o crescimento profissional e a possibilidade de qualificação para o mercado de trabalho, mas também auxilia na redução das desigualdades sociais. Dessa forma é fundamental que as políticas públicas atuem para a promoção do EAD como alternativa de inclusão ao ensino superior.

3 – O CEDERJ

No ano de 2000, sob o financiamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro, ocorreu a formação de um consórcio entre as seis universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro: UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UFF (Universidade Federal Fluminense), UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), UNIRIO (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense). Esse consórcio, nomeado de Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro teve como objetivo oferecer educação em nível superior gratuita, na modalidade a distância, tendo por referência a qualidade do ensino já desenvolvido nos cursos presenciais destas universidades.

Inicialmente, o foco foi direcionado para os cursos de licenciatura, com a formação de professores para o ensino fundamental e médio, mas posteriormente outros cursos foram sendo inseridos, bem como também passou a integrar o consórcio o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), o Instituto Federal Fluminense (IFF), o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC).

Através da Lei Complementar nº 103, publicada em março de 2002, o CEDERJ foi incorporado à Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do

⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/ensino-a-distancia-no-brasil>, acesso em 26/07/2022

Estado do Rio de Janeiro – CECIERJ⁶, e consolidou institucionalmente as atividades do consórcio.

Atualmente, são 34 polos distribuídos em todo o Estado do Rio de Janeiro, e o funcionamento é gerenciado através da parceria entre o governo Federal, Estadual e Municipal. Esses polos são estruturados dentro de escolas municipais, a maioria em CIEPs, tem seus diretores nomeados pelo Prefeito, dentre os professores da rede municipal com experiência em administração escolar, bem como o que ocorre com a nomeação dos secretários e auxiliares.

O corpo docente é composto por Professores das Universidades, chamados de Coordenadores de Disciplina; tutores presenciais e a distância, os quais passam por processo seletivo organizado pelo consórcio, e o tutor coordenador, escolhido dentre os tutores presenciais, para representar o curso dentro dos polos, organizar as atividades acadêmicas, e acompanhar de perto a trajetória dos alunos e suas demandas. Estes profissionais são remunerados mediante bolsa UAB ou bolsa CEDERJ, nos termos do edital convocatório, e os valores podem variar de acordo com a titulação do profissional, e a carga horária atribuída a cada disciplina.

Sobre os tutores, estes são profissionais graduados, mestres e doutores que de forma presencial (nos polos) ou a distância (na plataforma moodle⁷) dão todo o suporte para o estudante alcançar o conhecimento do conteúdo disponibilizado pelo Coordenador de Disciplina no ambiente virtual de aprendizagem.

Sendo uma metodologia de ensino que privilegia o diálogo, o sistema de tutoria bem estruturado é a fundamental para que as interações necessárias sejam produtoras na construção da aprendizagem. E quanto maior é a interação entre tutores e alunos, maior é o estabelecimento de vínculos entre o aluno e o curso, do qual ele passa a se sentir parte capaz de produzir conhecimento.

No CEDERJ, o modelo é semipresencial, ou seja, a maioria das tutorias presenciais são facultativas aos alunos, devendo a presença obrigatória nos polos ocorrer apenas em dias de avaliações presenciais previamente agendadas no calendário acadêmico.

⁶ <http://cederj.edu.br/fundacao/lei-da-criacao-fundacao-cecierj/>, acesso em 26/07/2022

⁷ A Plataforma Moodle é um Ambiente Virtual de Aprendizagem, com ferramentas de apoio ao ensino a distância para promover a interação entre alunos e professores.

Quanto ao material de estudo é importante mencionar que o CEDERJ produz o material didático impresso, além de disponibilizá-lo virtualmente. Assim, de forma portátil, possibilita ao aluno a leitura do modo ao qual melhor se adequa, em seu tempo de estudo, onde quer que esteja.

E o conteúdo didático é elaborado pelo professor conteudista especialmente para o público estudantil ao qual se destina, com linguagem e construção textual voltado para o EAD. Esse material passa pela análise de uma equipe técnica de desenvolvimento didático que irá definir a forma didática de apresentação do material, sua identidade visual, referenciais midiáticos educacionais, de modo que os textos dialoguem com o aluno no momento da leitura.

O CEDERJ se baseou no modelo já utilizado pela Open University, na modalidade EAD, cuja metodologia envolve a elaboração de material didático impresso especialmente direcionado para o público do curso ao qual se destina. Ou seja, o material impresso aborda textos que descrevem e explicam as ideias do conteúdo didático de forma dialógica, envolvendo os principais conceitos abordados pelo curso. O CEDERJ adaptou a prática de produção de material impresso e a utilização de polos em atividades presenciais concomitantemente com as atividades realizadas a distância por meio da plataforma digital. Posteriormente, este modelo serviu de referência para os cursos oferecidos no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e inspirou a oferta de outros cursos em diversas instituições de ensino, especialmente aquelas que são voltadas para projetos de inclusão social. (MACHADO, 2013, p. 38)

Deste modo fica claro perceber a importância que o material impresso ainda tem nos tempos atuais, e a relevância da sua construção de maneira dialógica com o leitor. Neste sentido é que as técnicas de construção do texto e tecnologias de ensino interagem de modo a proporcionar metodologias eficazes para o ensino e aprendizagem na modalidade EAD.

Com base em toda essa estrutura física, tecnológica e educacional, o Consórcio CEDERJ, vinculado à Fundação CECIERJ, atualmente disponibiliza 17 cursos de nível superior, levando educação pública e de qualidade aos estudantes dos 34 polos espalhados por todo o Estado do Rio de Janeiro.

4 – CURSO DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA E SOCIAL – UFF/CEDERJ

O Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social foi criado a partir de uma demanda em 2012 da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, para ser ministrado pela Universidade Federal Fluminense em parceria com o Consórcio CEDERJ, financiado pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia.

Nesse período a UFF já disponibilizava o curso de Bacharelado em Segurança Pública e Social, no qual vários profissionais já atuavam em um projeto pedagógico de ensino sob uma análise crítico reflexiva sobre os estudos sobre segurança pública e práticas de administração de conflitos na Universidade (GERALDO e KANT DE LIMA, 2015).

Estudos estes que, desde 1998, vinham sendo desenvolvidos através de diversos projetos de pesquisas, cursos de extensão e pós-graduação lato sensu ofertados pela UFF em parceria com Instituições da área de Direitos Humanos, Justiça Criminal e Segurança Pública. Essa rede foi desde 2009 reunidos na rede internacional do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, (INCT-InEAC – www.ineac.uff.br), que propiciou a criação, em 2017 de uma Unidade de Ensino na UFF (IAC/UFF)⁸, a qual, atualmente, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social encontra-se vinculado.

O INCT-InEAC tem como objetivo colaborar com a inovação das tecnologias sociais voltadas para a administração institucional dos conflitos na sociedade brasileira, a partir da produção de pesquisas empíricas de natureza etnográfica, que permitam propor e avaliar políticas públicas na área da Segurança Pública e do Acesso à Justiça. (GERALDO; KANT DE LIMA, 2015)

E assim, a partir dos estudos já implementados no bacharelado, foi formado o projeto pedagógico do curso de Tecnólogo com alguns diferenciais: seu período de

⁸ O IAC/UFF é uma Unidade de ensino da UFF que tem a finalidade de institucionalizar a reprodução ampliada dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, rede internacional criada dentro de um programa do MCTI e financiada pelo CNPq, CAPES e FAPERJ desde 2009. O IAC abriga, além do curso de tecnólogo, um Departamento de Segurança Pública, um curso de bacharelado em segurança pública e social e um curso de mestrado acadêmico em Justiça e Segurança, vinculado à área de Antropologia da CAPES.

duração em 2 anos e meio; e seguindo as orientações do MEC, suas vagas voltadas apenas para os profissionais da área de Segurança Pública.

Com a primeira turma iniciando em 2014, foram disponibilizadas 500 vagas por semestre em 7 polos distribuídos no Estado do Rio de Janeiro, nas quais os candidatos deveriam ser aprovados através de vestibular organizado pelo CEDERJ. No ano seguinte esse número foi ampliado para 950 vagas em 12 polos, diante da manifestação do Estado Maior da Polícia Militar do Rio de Janeiro no sentido de fazer com que o curso integrasse o projeto de reforma da carreira da Polícia Militar de extinguir a dupla entrada na instituição, o que não chegou a se concretizar até o momento devido à troca de comando da corporação.

Diante disso, somado à crise financeira do estado do RJ, o curso passou novamente por redução de vagas bem como extinguiu a reserva de 80% das vagas que antes eram destinadas somente a policiais militares e policiais civis, e atualmente são de ampla concorrência com os demais integrantes das carreiras de segurança pública.

Tais fatores, entretanto, não desmotivaram a procura pelo curso. Pelo contrário, com a ampliação das vagas para ampla concorrência dentre os agentes de segurança pública, passou-se a observar a grande procura também por parte dos Guardas Municipais e Militares das Forças Armadas (antes limitados a 20% das vagas).

No final de 2015, a Coordenação do Curso de Tecnologia em Segurança pública recebeu a informação de que o curso possuía a maior relação candidato/vaga dentro do consórcio CEDERJ, e com a menor taxa de evasão, além de contar com os alunos e tutores mais participativos dentro do ambiente virtual de aprendizagem. No primeiro semestre de 2016, período no qual se somavam 950 alunos a cada início de período semestral, o curso contava com 3217 alunos inscritos; contabilizando que desse universo de estudantes, 2460 eram policiais militares, isso configurava 76% de alunos PMs estudantes do curso, totalizando cerca de 5,3% do efetivo de praças do estado. Esses números são muito relevantes para compreender a dimensão que o curso tomou com apenas dois anos e meio de existência. (NEVES,2016)

Em 2016 o curso obteve o reconhecimento da Universidade Federal Fluminense através do Prêmio de Excelência Acadêmica em Inovação para o Desenvolvimento Social. Em 2017, o curso passou pela primeira avaliação externa do MEC, tendo recebido a nota 4,0 (conceito muito bom). Sendo este o reflexo de um trabalho

institucional organizado academicamente, envolvendo profissionais engajados que acreditam na capacidade desse curso como ferramenta de contribuição ao desenvolvimento social.

Durante o cenário de pandemia e a necessidade de afastamento social, foi disponibilizado todo o acompanhamento e avaliações de forma remota para possibilitar a continuidade dos estudos no ano de 2020. E atualmente já há o retorno gradativo das tutorias e avaliações presenciais nos polos.

Cabe ressaltar que, apesar da crise financeira e política vivenciada pelo estado do RJ, que durante vários meses atrasou o pagamento dos vencimentos dos seus servidores, o curso nunca parou de funcionar e nem as greves daí decorrentes, nem o momento de pandemia, interromperam suas atividades.

Assim, o curso segue oferecendo estudos, com base nas Ciências Sociais, sobre a segurança pública do ponto de vista da sociedade, com foco nas pesquisas sobre as práticas de administração institucional de conflitos de forma crítico reflexiva, voltado para a elaboração e implementação de políticas públicas.

5 – INCLUSÃO SOCIAL PARA AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA?

As políticas públicas inclusivas geralmente são voltadas a camadas sociais de baixa renda e questões envolvendo etnia, gênero, pessoas com necessidades especiais, dentre outros, são facilmente identificadas em nossa sociedade. Assim torna-se um pouco mais difícil enxergar a aplicação do termo para agentes da segurança pública.

Isso ocorre porque se pressupõe que tais profissionais já estejam totalmente inseridos socialmente, até mesmo em razão da função que exercem, do salário que recebem e do status que possuem frente à sociedade. Ocorre que, ao adentrarem na faculdade já levam consigo o conhecimento corporativo que vai de encontro ao conhecimento científico transmitido pelos professores, o que gera o chamado “choque cultural”, categoria nativa dos alunos para definir o estranhamento auferido na leitura dos textos disponibilizados pelo curso e em situações vivenciadas no ambiente acadêmico. Conforme explica o Professor Dr. Marcos Veríssimo (Professor do Curso de Segurança Pública UFF):

“o discurso da “inclusão social” do CEDERJ parece não lhes dizer respeito. Ao contrário, como vimos, o “choque cultural” decorre, não da “exclusão social” do aluno, e sim de sua inclusão social, pessoal, psíquica e corporativa, na categoria de Policial. E quanto mais visceral foi e é o seu processo de inclusão nas lógicas e sociabilidades policiais, maior será o “choque cultural.” (VERÍSSIMO, 2015, p.19)

A questão do “choque cultural” apresentada pelo professor Veríssimo e recorrentemente trazida nos discursos dos alunos do curso, diz respeito aos conflitos gerados, inicialmente, pelo fato do aluno querer impor seu saber policial através da descrição de sua prática profissional como um saber legítimo sobre aquele tema (ARAGON, 2018) para responder às atividades propostas pelo curso, ao invés de utilizar os conteúdos abordados no material didático das disciplinas. Ou seja, o aluno apresenta seu conhecimento prático como hierarquicamente superior e substituto do conhecimento científico exercitando, assim, a lógica do contraditório, explicada pelo Prof. Dr. Roberto Kant de Lima (Idealizador, primeiro Coordenador Geral e Professor do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública UFF/CEDERJ):

(...) lógica do contraditório. Trata-se de uma técnica escolástica medieval, cuja característica mais importante, em nosso caso, é a criação de uma infinita oposição entre teses, necessariamente contraditórias, que só se resolve pela intervenção de uma terceira parte, dotada de autoridade externa à disputa e às partes, e que se responsabiliza pela escolha de uma das posições que se opõem, para interromper o processo que, sem esta intervenção, tenderia ao infinito. (KANT DE LIMA, 2012,p.35)

Deste modo, os alunos, principalmente os iniciantes, tendem a travar inúmeras disputas ao trazer os “argumentos de autoridade” arraigados na prática profissional na tentativa de desqualificar as reflexões teóricas trazidas pela Universidade; até compreenderem que o conhecimento transmitido no curso científico-universitário se fundamenta na “autoridade do argumento”, com base nos estudos empíricos realizados por pesquisadores da área e registrado nos textos de artigos publicados em revistas científicas e coletâneas da área, além de livros publicados, também expresso no material didático utilizado no curso. Até porque, se fosse se pautar pela experiência do aluno, não seria possível a formação de um material didático, visto que cada um possui uma experiência e opinião diferente do outro.

O Curso ao propor essa reflexão aos estudantes, sobre suas próprias práticas como agentes da segurança pública, os convida a fazer o estranhamento para conhecer,

compreender e refletir sobre opiniões diferentes das suas. Diferente do que o operador de segurança pública vivenciou em seu curso de formação militar, no qual não há essa possibilidade de reflexão (COSTA, 2021).

O curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social está inserido em uma sociedade hierárquica com intermediários detentores de um poder oriundo de um saber particularizado. A Educação à Distância se insere dentro de uma tradição hierárquica que precisa de mediadores para transmitir o conhecimento, é preciso uma autoridade, nesse caso, os tutores, para a transição desse conhecimento. Nesse caso, o conhecimento é poder e o que prevalece é a autoridade do argumento. As referências em termos de conhecimento dos policiais militares, maioria entre os alunos do curso não estão pautadas no conhecimento científico e, sim, na hierarquia militar onde os fatos são determinados pela autoridade. Nesse contexto, é que vai se discutir essa diferenciação do saber científico e do saber prático, além de, se instaurar o processo de socialização acadêmica. (FERREIRA, 2019, p.57, grifos meus)

Por isso a importância de fazer o aluno ultrapassar a barreira desse “choque cultural” o quanto antes, para compreender que o curso explicita dados auferidos com base em pesquisas e estudos de campo através dos quais são elaboradas as questões de avaliação, na intenção de verificar se o estudante compreendeu o material didático, o que só é possível se o aluno elaborar sua resposta fundamentada neste conteúdo; tudo isso em conjunto com a perspectiva de que os calouros ainda estão se adaptando à forma de estudar, escrever e utilizar as ferramentas do EAD. Conforme descreve Luiza Aragon:

O uso da linguagem escrita é um recurso tecnológico não-humano que fundamenta cursos de graduação presenciais e semi presenciais. Este último delega muito mais à linguagem escrita e aos recursos oferecidos pela internet a sustentação das relações entre professor e aluno, procurando, no caso desta disciplina, através dos fóruns, traduzir em responsabilidades equivalentes à formação de vínculos no ensino presencial. Daí a importância que se atribuiu na disciplina Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública aos fóruns e à maneira como os alunos demonstravam, nos seus discursos, refletir (ou não refletir) sobre o conteúdo do curso. Neste contexto, procuramos entender o confronto entre duas perspectivas da segurança pública, onde os calouros que, em sua maioria, não tiveram uma experiência prévia de educação à distância, ainda estão aprendendo a importância que se dá à forma e ao conteúdo das aulas tratado nos fóruns. (ARAGON, 2018, p.37, grifos meus)

Ressalta-se que os trechos grifados acima demonstram que dentro do Curso temos uma parcela de alunos afastados há bastante tempo dos campos acadêmicos, alguns sem a prática da escrita acadêmica, alguns sem experiência com o uso da tecnologia (excluídos digitalmente), a maioria sem experiência em curso na modalidade semipresencial, mas que encontraram através do EAD a possibilidade de ingressarem em uma faculdade pública com ensino de qualidade.

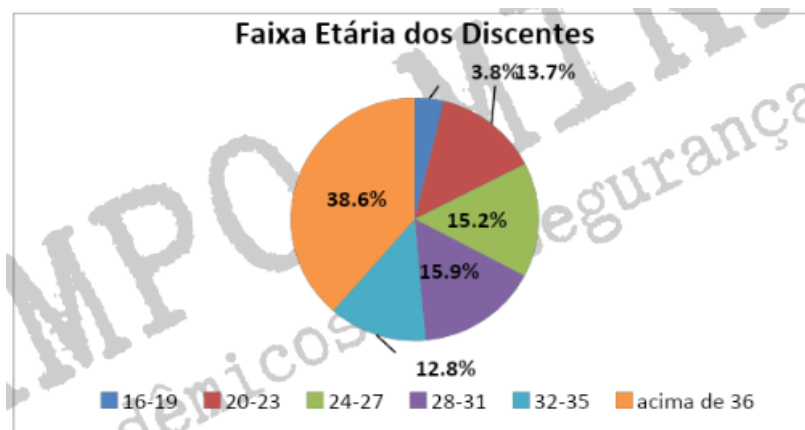
Assim cabe refletir se não estariam esses agentes de segurança pública excluídos socialmente do meio acadêmico? E que a partir do Ensino a Distância encontraram a oportunidade de conciliar as escalas de trabalho com os estudos? E que o Curso de Tecnologia em Segurança Pública, por estar relacionado à sua área de atuação, despertou neles o interesse em um aprendizado diverso do conhecido na “caverna”⁹ ?

Ao realizar o trabalho de campo, em contato com os alunos, foi comum ouvir relatos daqueles que possuem alta carga de trabalho e escalas que não lhes permitem um planejamento de estudo com horários fixos. E esses comentários dos estudantes, se adequam ao que está descrito como o objetivo metodológico descrito no site do CEDERJ:

Ao implementar a metodologia de educação a distância, o Consórcio Cederj permite o acesso ao ensino daqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior público por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula. (<https://www.cecierj.edu.br/consorcio-cederj/metodologia/>, acesso 01/08/2022)

Cabe mencionar que os estudantes do Curso já são profissionais inseridos no mercado de trabalho, e possuem faixa etária predominantemente acima dos 36 anos. Assim muitos estão afastados dos bancos escolares há mais de 10 ou 15 anos, mas enxergam através desta modalidade de ensino a possibilidade de alcançar o diploma de nível superior.

⁹ Brevemente, trata-se de uma metáfora criada pelo filósofo Platão, que consiste na tentativa de explicar a condição de ignorância em que vivem os seres humanos e o que seria necessário para atingir o verdadeiro “mundo real”, baseado na razão acima dos sentidos. Inferindo que o verdadeiro mundo só conseguiria ser atingido quando o indivíduo percebesse as coisas ao seu redor a partir do pensamento crítico e racional, dispensando o uso dos sentidos básicos.



Fonte: MACHADO, Monica G. Uma reflexão sobre a qualidade do curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social na modalidade à distância. P.87, Revista Campo Minado, nº1, Niterói, 2021

Assim, a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – CECIERJ, através do consórcio CEDERJ, possibilita a inserção de agentes de segurança pública em um ambiente acadêmico com ensino superior público e de qualidade. Promovendo a oportunidade de inclusão social daqueles que se interessam em aprender o conhecimento produzido pela Universidade mas que em função das escalas de trabalho não possuem condições de acompanhar as aulas no modelo presencial de ensino.

E para exemplificar o que busquei explicitar nesse trabalho, finalizo com a descrição de um relato, colhido na pesquisa de campo, em entrevista realizada no ano de 2021¹⁰ com uma ex-aluna, formada pelo Curso:

Maria¹¹, entrou no curso no primeiro semestre de 2016, aos 36 anos de idade e 15 anos de atuação na Guarda Municipal de Maricá, município do Estado do Rio de Janeiro, local no qual também residia, e que faz divisa com o município de São Gonçalo pelo qual optou como polo universitário devido à proximidade.

Relata que conheceu o curso através de um panfleto de propaganda, e conversou com amigos que a incentivaram a tentar o vestibular. Pesquisou o que era o curso e concluiu que “não tinha curso mais direcionado para a área de segurança pública do que esse”, e como ainda não possuía curso de nível superior encontrou nessa possibilidade

¹⁰ Entrevista realizada de forma remota devido ao afastamento social necessário pelo momento de pandemia COVID-19

¹¹ O nome foi alterado para preservar a identidade da aluna.

um caminho para tal, pois havia essa flexibilidade do EAD com alguns momentos presenciais.

“Então, dava para fazer! Porque o maior problema para a gente é a escassez de tempo, então uniu a dificuldade que a profissão impõe em fazer algo presencial e a facilidade de ter o curso online. Para mim, foi o divisor de águas para eu conseguir: entrar, realizar e concluir”

Sua turma já demonstrava bastante engajamento com a Universidade, pois já no primeiro semestre alguns alunos formaram a comissão organizadora do 1º Seminário do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social no Polo São Gonçalo, realizado em maio de 2016 e que, com o auxílio dos tutores, direção de polo e coordenação do curso, fizeram do evento um sucesso.

A aluna não tinha experiência com a modalidade de ensino a distância, se considerava “imigrante digital” (PRENSKY,2001)¹², e inicialmente teve dificuldades em organizar e se concentrar em seu tempo de estudo. Posteriormente, com o auxílio dos tutores presenciais para aprender a lidar com a plataforma moodle e direcionamento nos estudos foi conseguindo se adaptar.

Maria relatou que, não só ela, mas diversos colegas passaram por dificuldades em manter o ritmo de estudos devido à alta demanda de trabalho gerada pelo evento das Olimpíadas Rio 2016, e mesmo assim, não desanimaram e buscaram auxílio mútuo para seguir em frente. Enquanto outros colegas desistiram pois achavam que o curso EAD seria mais fácil, quando na verdade precisa de muito mais dedicação aos estudos.

Ela ressalta também que a integração entre forças policiais-militares dentro de um ambiente acadêmico, interagindo de forma igualitária, sem a “soberba de uma patente”, foi uma experiência muito enriquecedora. A partir dessa interação, junto aos colegas de turma, nas rodas de conversa, ela passou a poder abordar certos temas e discutir sobre os assuntos colocados nos textos e provas de forma acadêmica, sem qualquer hierarquia.

¹² O autor chama de “imigrante digital” as pessoas provenientes de uma cultura que se organizava basicamente em torno de materiais impressos, como livros e jornais, e que agora precisam se adaptar, “migrar” para as novas tecnologias de interação e comunicação digital. (PRENSKY, 2001 apud GEWEHR, 2016, p.35)

Destaca que, antes de entrar para o curso, ela própria tinha preconceito pelo jeito que os agentes da Guarda eram tratados, e a forma como os estudos eram colocados pelo curso quebrava esses rótulos.

Outro ponto relevante, foi a mudança sob como olhar o conflito. Antes se atentava somente em como solucionar o conflito, e o curso demonstrou a importância de se observar a origem do conflito para buscar administrá-lo. Isso trouxe aprendizados que ela utiliza na prática de trabalho e vida social.

Maria relata o forte vínculo de amizade que a faculdade trouxe, e que permanece nos encontros anuais que são organizados pela turma, nos quais são levantadas as discussões sobre a segurança pública e as lembranças vividas enquanto alunos do curso e hoje tecnólogos.

6 - CONCLUSÃO

Através do presente trabalho, procurei demonstrar um pouco da pesquisa que fiz para a elaboração de minha dissertação para o curso de mestrado em Justiça e Segurança da UFF e da experiência que tive acumulada ao longo dos últimos 8 anos como tutora presencial e tutora coordenadora do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social – UFF/CEDERJ. A cada semestre que se inicia é visível a necessidade dos alunos em aprenderem a lidar com as novas tecnologias de ensino, com a rotina forte de leitura e escrita, como forma de socialização acadêmica.

Antes de apresentar o Curso, foi importante destacar alguns aspectos do Ensino a Distância no ensino superior, e o modelo semi-presencial ofertado pelo Consórcio CEDERJ/CECIERJ. Ao traçar um paralelo entre o avanço desta metodologia de ensino e as tecnologias digitais, foi ressaltada a relevância do modelo EAD para a promoção da inclusão social.

No período vivenciado pela pandemia COVID-19, a sociedade precisou conhecer as características do EAD, para inspirar ferramentas que possibilitassem a comunicação de forma remota; mesmo assim é certo que muito ainda precisa evoluir para a propagação desse modo de ensino para toda a sociedade brasileira.

No Estado do Rio de Janeiro, através do EAD, o CEDERJ busca promover a inclusão social de seus estudantes através do oferecimento de ensino público e de qualidade a aqueles que por motivo da distância ou em razão de trabalho, possuem o

desejo de cursar o nível superior, mas encontram barreiras para realizá-lo nos moldes presenciais de ensino.

Sendo verificado que os agentes de Segurança Pública que buscam o Curso também se inserem nesse contexto de inclusão social. Isso porque, por mais que esses alunos tenham a peculiaridade de já estarem inseridos no mercado de trabalho, isso não promove facilidade para sua inserção no meio acadêmico. Pelo contrário, a rotina das escalas de trabalho dificulta, e até mesmo impede, esses agentes de frequentarem faculdades no modelo de ensino presencial.

Analisando a trajetória da aluna, somada a todo o contexto aqui descrito, nota-se que o Curso de Tecnologia em Segurança Pública proporciona inclusão social principalmente àqueles profissionais que já estão afastados dos bancos escolares há algum tempo, e, portanto já estão na faixa dos 36 anos ou mais e que constituíram responsabilidades familiares e profissionais que impedem sua participação em um curso 100% presencial, e veem no Tecnólogo uma chance de alcançar um diploma que traga satisfação pessoal, profissional e experiência ao ambiente acadêmico.

Cabendo ainda ressaltar que no ambiente universitário não há hierarquia ou disputas entre patentes ou instituições, diferentemente do ambiente militarizado. Os alunos, mesmo sendo profissionais das diversas áreas da segurança pública (policiais militares, policiais civis, bombeiros, guardas municipais, agentes penitenciários), podem dialogar e interagir em igualdade de condições, em torno do conhecimento oferecido pelo Curso. Ou seja, ao aluno é dada a oportunidade da fala, do questionamento e interação dentro do processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, ao cumprir seu papel social e gerar a universalização do ensino a esses profissionais, este Curso oportuniza a possibilidade de reflexão sobre as práticas de administração de conflitos e se utiliza dos meios tecnológicos para disseminar o conhecimento. Fatores que contribuíram para o seu reconhecimento pela Universidade Federal Fluminense através do Prêmio de Excelência Acadêmica em Inovação para o Desenvolvimento Social, conquistado em 2016.

Logo, pode-se considerar que o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social – UFF juntamente com o consórcio CEDERJ/CECERJ, promovem a democratização do ensino ao oportunizarem, através do EAD, a inclusão social no espaço acadêmico de indivíduos que antes não possuíam facilidade em acessá-lo, como é o caso dos profissionais da Segurança Pública.

7 - BIBLIOGRAFIA

ARAGON, Luiza A. **A memória que não leva à justiça: uma etnografia das moralidades e dos discursos presentes no Tecnólogo em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense.** 2018. Tese de Doutorado (Programa de Pós Graduação em Antropologia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2018.

BRITO, Eliana P. P. E. et. al. A Institucionalização da EAD nas Universidades Públicas Brasileiras: um estudo à luz da análise institucional francesa. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, Florianópolis, Santa Catarina, 2014.

COSTA, Perla A. B. O. Como nasce uma gansóloga?: Uma análise da formação acadêmica de uma praça Policial Militar. P.114-134, Revista Campo Minado, nº1, Niterói, 2021

FERREIRA, Erika G. **Na faculdade a gente aprende a pensar. Uma análise da socialização acadêmica dos alunos do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social da UFF.** 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito), Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2019.

GERALDO, Pedro. H. B. e KANT DE LIMA, Roberto. Conflitos em formação: A experiência da convivência civil-militar no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública a distância da Universidade Federal Fluminense. In: GT01 “Administração de conflitos em perspectiva comparada” 39º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais, MG: Outubro, 2015.

GEWEHR, Diógenes. **Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (tdicS) na Escola e em Ambientes Não Escolares.** 2016. Dissertação Mestrado em Ens Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, Rio Grande do Sul, 2016.

KANT DE LIMA, Roberto. “Antropologia Jurídica”. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Antropologia e Direito: Temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/Brasília, 2012.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. BIB, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 45-124, 2000.

MACHADO, Mônica G. Percepção do Aluno Sobre a Qualidade de Disciplinas Oferecidas na Modalidade a Distância: Construção de um Modelo Baseado na Servqual. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense, 2013.

MACHADO, Monica G. Uma reflexão sobre a qualidade do curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social na modalidade à distância. P.74-94, Revista Campo Minado, nº1, Niterói, 2021

NEVES, Dylla de M. C. **Hierarquia e Disciplina**: análise da relação de ensino-aprendizagem no curso de tecnólogo em segurança pública e social. Trabalho de conclusão do Curso (Bacharelado em Segurança Pública), - Universidade Federal Fluminense, Niterói / Rio de Janeiro, 2016.